

**UMA NOVA PERCEPEÇÃO GEOPOLÍTICA PARA AMAZONIA NO SÉCULO
XXI**

**A NEW GEOPOLITICAL PERCEPTION FOR THE AMAZON IN THE 21ST
CENTURY**

¹OLIVEIRA, Ana Maria Libório de

² LIMA, Wendell Teles de

³ SOUZA, Sebastião Perez

⁴ FERREIRA, João Luis

⁵ SILVA, Ederson Silva e

⁶FIGUEIRAS, Polyana de Lima

⁷DOS REIS, Tatiana Farias de Holanda

⁸DOS REIS, Carlison Saraiva

⁹ JUCIVAN, Antônio

¹⁰BRUCE, Martins

¹¹OLIVEIRA, E Gilmar

¹²GOBIRA, Celestino

¹ Profa do IFBRI, Doutora em Ciências da Educação,

² Prof da UEA, pós doutor em geografia.

³ LICENCIADO EM PEDAGOGIA PROFESSOR DA SEDUC-AM, ESP. EM LIBRAS, TÉCNICO E TRADUTOR EM LIBRAS

⁴Graduado em Geografia pela UEA.

⁵ PROFESSOR DA SEDUC-AM, ESP. HISTÓRIA E GEOGRAFIA PELO CEPAM, ESP. ENSINO SUPERIOR PLÁ UNISSEIVE, MESTRANDO EM CIENCIAS DA EDUCAÇÃO NO PARAGUAI

⁶PROFESSORA DA SEDUC-AM, GRADUADA EM CÊNCIAS NATURAIS PELA UFAM, ESP. EM GESTÃO AMBIENTAL PELA GAMA FILHO, ESP. CIENCIA BIOLÓGICA PELA UNIASSELVE, MESTRANDA NO PARAGUAI.

⁷GRADUA EM LETRAS PELA ESBAM, PROFESSORA DA SEDUC-AM, ESP. EM LÍGUA PORTUGUESA.

⁸PROFESSOR DA SEDUC-AM, GRADUADO EM LETRAS LÍGUA INGLESA PELA ESBAM, ESP EM LÍNGUA INGLESA, MESTRANDO NO PARAGUAI.

⁹ MESTRANDO EM GEOGRAFIA, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA (UNIR)

¹⁰MESTRANDO EM GEOGRAFIA, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA (UNIR)

¹¹ MESTRANDO EM GEOGRAFIA, NA UNIVERSIDADE FEDERALDE RONDONIA (UNIR)

¹² MESTRANDO EM GEOGRAFIA, NA UNIVERSIDADE FEDERALDE RONDONIA (UNIR)

RESUMO: Este artigo objetiva compreender as novas formas de percepção geopolítica para Amazônia, calcada no discurso da doutrina nacional a geopolítica amazônica foi constituída nesse formato, assim como o pensamento de seu desenvolvimento, preço ao anos de 19060 e 1970, é necessário a superação dessa ideia, o intuito dele é contribuir com um novo pensamento geopolítico para região, demonstrando novas possibilidades com a pesquisa bibliográfica feita finaliza com a necessidade de superar uma geopolítica militar que vigora na região.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZONIA, GEOPLITICA, NOVO PENSAMNETO.

ABSTRACT: This article aims to understand the new forms of geopolitical perception for the Amazon, based on the discourse of national doctrine, the Amazonian geopolitics was constituted in this format, as well as the thought of its development, price in the 19060 and 1970, it is necessary to overcome this idea, its purpose is to contribute with a new geopolitical thinking for the region, demonstrating new possibilities with the bibliographic research done, ends with the need to overcome a military geopolitics that is in force in the region.

KEYWORDS: AMAZON, GEOPLITIC, NEW THOUGHT.

INTROIDUÇÃO

Consideramos nesse artigo, a seguinte definição de geopolítica, como um conhecimento dos Estados, tendo em vista atenção conforme Vesentini (2013) são inúmeras geopolíticas, portanto, não se restringe somente como no selo XIX os Estados Territoriais e sim grupo, empresas, que fazem o espaço sua estratégia de base territorial.

A abordagem geopolítica permitiu a compreensão da influência de fatores geográficos nas decisões políticas dos Estados do Sistema Internacional. As duas escolas de geopolítica, a teoria do Estado Orgânico e a de Geoestratégia desenvolveram um arcabouço teórico que explica como a geografia seria fundamental para definir a prática política dos Estados.

A teoria Organicista desenvolveu importantes conceitos como o 'espaço vital' e a 'lei de crescimento dos espaços', no entanto, a influência das ciências naturais e do darwinismo em seu arcabouço teórico, tornou a geopolítica em uma espécie de teoria do 'determinismo geográfico'. A Geoestratégia, por seu lado, conseguiu desenvolver uma teoria sistêmica que fornecia recomendações políticas e estratégicas para serem aplicadas pelos governantes dos Estados. Dentre os autores que mais se destacaram nesta escola estava Mackinder que desenvolveu a teoria do 'coração continental', região central da Eurásia que não

poderia ser atacada por uma potência marítima e que teria o potencial de dominar todo o mundo através de sua fortaleza continental. (Fontoura, p.21, 20010 . .

Ou seja, no século XX surgiu o ramo da geografia chamado política, com geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que estuda os fenômenos espaciais, com a conotação geográfica, no entanto, esse ramo não pode ser confundido como uma abreviatura de geopolítica, não sendo uma abreviação ou uma sigla dessa disciplina.

O sueco genmófilo Rudölf Kjellen, professor de Ciência Política na Universidade de Upsala, foi o primeiro a utilizar o termo geopolítica (1905). É na Alemanha do Reich nazista que o discurso geopolítico ganhou corpo, porém não foi só lá e naquela época que práticas geopolíticas foram adotadas. (Fontour., p. 73., 2001)

De acordo com Vesentini (2013) esses dois ramos do saber, caracterizam da seguinte forma a primeira que o diferencia, é ano dos seus nascimentos a geografia política nasce no século XIX, e a geopolítica nasce no século XX, outra diferença que podemos apontar na análise feita por elas, apesar de ser próximas aos mesmo tempo de se mesclarem, com a semelhança, todas as duas bebam na obra de Friedrich Ratzel, com a seguinte obra, Politische Geographie (1897), que deu origem a geografia política e serviu como pressuposto a Geopolítica.

Sendo ao nosso entender a geografia política uma interpretação dos fenômenos políticos no espaço e no início da sua formação a geopolítica sendo uma análise orgânica do estado territorial.

Rudolf Kjellén, sueco, acadêmico e professor, geógrafo, politólogo, profundamente influenciado pela cultura germânica em pujante ascensão no século XIX, publicou, em 22 de março de 1901, num vespertino de Gotemburgo, Göteborgs Aftonblad, o artigo “A política como ciência” (Politik och Vetenskap) – provavelmente já publicado antes, talvez em 1899 –, cujo tema central era a relação do Estado com a sua moldura geográfica, ou seja, o país no qual o Estado se desenvolve. Kjellén analisava o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnografia, a história e a geografia. Ao campo específico da relação da política com a geografia chamou geopolítica e, assim, nasceu o neologismo. Pouco mais foi do que meramente enunciado, inicialmente foi-lhe conferida reduzida importância e teve limitada divulgação (Correia, p.230, 2012)

Tendo em vista que algumas pessoas se destacaram mundialmente na geopolítica brasileira, o como foi o professor do professor Everardo Backheuser, simpatizante dos militares e da volta para monarquia.

A necessidade de análises a respeito da formação territorial e, mais amplamente, da formação nacional brasileira, é uma evidência, sendo fundamental analisar como este território foras concepções de mundo cumprem, nesta busca, um papel de suma importância, sendo elas, representações da realidade concreta. A cultura, os valores, os interesses ideológicos, as necessidades imediatas, as motivações estão intimamente relacionadas ao meio material interligando-se a ele, influenciando-o e por ele sendo influenciados. “Una concepción del mundo es precisamente este conjunto de aspiraciones, de sentimientos y de ideas que reúne a los miembros de un grupo (o lo que es más frecuente de una clase social) y los opone a los demás grupos”. (GOLDMANN, 1985, p.29) produzido (Anselmo; Bray, p. 109, “s.d.”)

Além de Backheuser conforme Lima, Oliveira, Silva, Braun (1917) existiram teóricos importantes na geopolítica como o momento atual, podeo ressaltar duas geopolíticos importantes no século XX a Therezinha de Castro, e Bertha. K. Becker.

Em um período tão longo e abrangente que vai dos primórdios da geopolítica brasileira – entendida esta como disciplina apenas a partir da primeira década do século passado até os anos 70 - , constatamos a existência de um espectro muito amplo e variado de autores e de temas. Isto ocorreu não só no Brasil, mas em todo o mundo, e faz parte do papel que cada país desempenha ou ambiciona fazê-lo no cenário internacional.

Apesar da extensão do período, alguns autores jogaram papel de realce para que a geopolítica bem ou mal se tornasse conhecida, e se convertesse em fértil campo de debates. Desses pensadores não poderíamos deixar de registrar a presença de Everardo Backheuser, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Álvaro Teixeira Soares e Therezinha de Castro. Curiosamente os dois primeiros foram contemporâneos das décadas de 1920 e 1930, embora ainda produzissem textos nos anos 40 e 50; os outros passaram a ocupar espaço importante a partir da década de 50, tornando-se muito conhecidos nos anos 60 e 70, sobretudo quando o país era governado pelos militares. (Miyamoto, p. 2, “s.d.”)

Existem, outros teóricos além desses geopolíticas, como André Roberto Martim, o então professor Delgado de Carvalho, José William Vicentini, Robert de Moraes, Golbery Couto Silva. O que podemos observar nessa lista de notáveis, que existem alguns teóricos não são professores exercem outra profissão como Darck Costa economista, que

na atualidade aparece como um dos ideólogos principais da geopolítica contemporânea da atualidade brasileira.

Ao discutir os conceitos teóricos brasileiros, é preciso distinguir uma visão determinística de uma visão mais realista da geopolítica contemporânea para entender sua evolução nos últimos cem anos.⁵ A principal razão reside no fato de que aplicar aos fatos atuais a análise geopolítica tradicional não explicaria adequadamente a dinâmica de poder contemporânea dos países da América do Sul, o que é essencial para compreender quaisquer mudanças entendidas como ‘geopolíticas’ na região. Em particular, é difícil aplicar automaticamente os principais conceitos de Ratzel, Kjellen ou Mahan à região sem fazer alterações conceituais. Por exemplo, podemos pegar a ideia de heartland e aplicar à América do Sul sem, no entanto, chegar às mesmas conclusões de Ratzel: como veremos, o contexto moldou o conceito, incorporando novas relações entre poder e território. Ademais, para Rivarola Puntigliano, o impacto das mudanças na região e as novas dimensões econômicas e políticas que moldam o Brasil no novo século impõem adaptações e transformações ao pensamento geopolítico, principalmente para compreender os processos recentes de integração (PUNTIGLIANO, 2011). (Pedone; Ronconi, p. 659. 660),2017)

Fazendo parte do repertório da geopolítica brasileira, tem-se segundo Miyamoto (1995) são a extensão territorial do país, as fronteiras, a localização do país, temas segundo o teórico herdade da obra e da preocupação da obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que serviu de inspiração para o surgimento desse conhecimento no mundo

A Geopolítica, termo criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellen (1864- 1922) em 1916¹, já foi considerada uma disciplina bastante controversa. Muitos intelectuais a correlacionaram com as ações nazistas, influenciados pelas ideias do general alemão Karl Haushofer (1869-1946), Diretor do Instituto de Geopolítica de Munique², que defendia o conceito de “Lebensraum” (Espaço Vital), cunhado inicialmente pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), em 1901, no ensaio “Der Lebensraum Eine biogeographische Studie”, onde visualizava o direito de um Estado de buscar novos espaços geográficos em proveito das necessidades de sua população. Segundo Mello (1999, p. 73): “Estigmatizada no segundo pós-guerra como „geografia do nazismo“, a Geopolítica tornou-se matéria de acirradas polêmicas e controvérsias no interior de um seletivo e fechado círculo de intelectuais”.

Mas a partir dos anos 1970, principalmente na França, há um renascer da disciplina, que, hoje em dia, aparece mencionada com frequência em livros e artigos de diversos intelectuais (Mattos, p.3, “s.d.”)

Ouro ponto, serviu e serve de preocupação do país é mais ligado a posição do Brasil como líder do subcontinente, e ele ter uma relevância global no mundo, como um dos principal país do sistema mundo.

Para escrevê-la, Travassos encontrou referência no geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que destacou em fins do século XIX a importância do fator fisiográfico e antropogeográfico na organização do território, especialmente manifestados no desenvolvimento econômico e na organização das redes de transporte 5 . Também inspira-se no conceito de heartland ("coração da terra"), elaborado no início do século XX pelo geógrafo e diplomata britânico Halford Mackinder para analisar a disputa pelo poder mundial entre os poderes marítimos e as potências terrestres ascendentes. O heartland eurasiático é formado pelas vastas planícies do centro geográfico da Eurásia, ricas em recursos naturais e em situação geográfica favorável para a defesa, e que Travassos translada ao situar um heartland sulamericano na região do altiplano boliviano. É a partir daí que aflora o diálogo com os escritos do geopolítico espanhol Badia Malagrida, onde encontra uma primeira proposta de leitura geográfica da política sul-americana, inclusive na localização do centro geoestratégico sulamericano nas terras bolivianas (MARTINS, 2011) (Albuquerque, p.60, 2015)

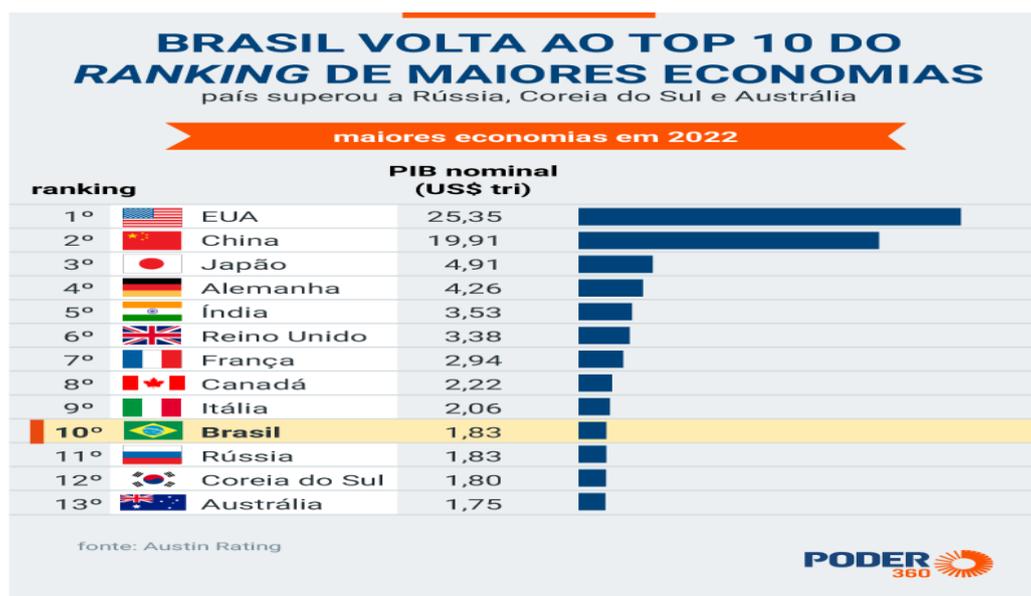
Mário Travassos, conseguiu popularizar no continente, sul-americano, a geopolítica brasileira, isso refletiu, uma visão distorcida do país, em função da popularização de sua obra, repassada para os países espanhóis desse tipo de colonização no continente, ficando a imagem de um país expansionista no continente.

Se o Homem é um animal social, é também um animal territorial. Destes imperativos culturais e biológicos deriva grande parte do comportamento humano, daí decorrendo que uma análise da política que negligencie a segunda vertente será sempre incompleta e, pior, poderá tornar ininteligível motivações que, quiçá menos racionais, são omnipresentes nos homens e nas sociedades. O espaço, em que as sociedades humanas se movem, é um dado essencial.

De facto, é quase evidente para todas as mentes razoavelmente informadas que o conhecimento e a compreensão alargada do espaço, permitindo abarcar e relacionar meios geográficos para além da experiência e horizonte individuais, conferiram, durante séculos, um poder acrescido a quem o possuiu em grau exclusivo. Basta recordar o secretismo dos primeiros mapas, guardados como verdadeiros segredos de Estado (Nogueira, p.13, 2015)

Procurando uma posição de destaque agora no mundo, não mais no subcontinente, as pretensões brasileiras são a nível global, mesmo tendo inúmeros “problemas” internos, o Brasil se destaca como a principal economia do continente, e é uma das principais economias do globo, conforme a figura 01.

FIGURA 01 - PAÍSES NO MUNDO COM AS PRINCIPAS ECONOMIAS NO GLOBO



FONTE: poder360.com.br/economia/brasil-volta-ao-top-10-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo

Tentando, em vista uma empreitada geopolítica em escala mundial, o Brasil pretende até os dias ser membro permanente da ONU, para ganhar projeção um mundial, para isso foi feito alguns ensaios como a sua participação do envio de tropas ao Haiti, neste sentido foi desenvolvida a teoria meridionalista do professor da universidade de São Paulo André Roberto Martim, analisando o papel do Brasil no mundo e sua posição no mundo.

A teoria geopolítica meridionalista define de forma coerente a inserção global das nações do Hemisfério Sul, destacando as características da geografia regional hemisférica e os movimentos da política externa de seus polos mais proeminentes. O meridionalismo reivindica ainda uma redistribuição do poder mundial em favor dos povos do Sul, preconizando a necessidade de superação dos obstáculos geográficos ao desenvolvimento hemisférico que se manifesta no atraso do nível de desenvolvimento das tecnologias tropicais, no maior custo dos fretes marítimos decorrentes das maiores distâncias geográficas entre as nações do hemisfério, na falta de integração nacional e regional das infraestruturas de transportes, energia e comunicações. Em contrapartida, o meridionalismo procura incentivar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias mais adequadas às condições climáticas locais (calor, umidade, maresia) e de custos intermediários, de forma a atender a mercados hoje não plenamente atendidos pelas multinacionais do Hemisfério Norte, caso dos setores agrícola, automotivo, químico-farmacêutico, eletroeletrônico, etc.
(Albuquerque, p.6, 2014)

Tendo em visto, a projeção internacional, o passo que p Brasil se coloca na arena internacional, é a busca participar e entrar nos organismos internacionais buscando uma liderança no mundo, portanto, não só se restringindo a América Latina, ou seja, as ambições do país aparecem em maior escala geográfica.

A pretensão do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) é bastante antiga e, no atual cenário internacional, é utópica. A tradição do país, no que concerne ao multilateralismo, remonta às Conferências da Haia (participação de Ruy Barbosa) e, posteriormente, à criação da Liga das Nações (LDN - predecessora da ONU). Eugênio Vargas considera que “a participação do país na LDN constitui um verdadeiro paradigma da tentativa pouco realista de uma nação periférica e extremamente frágil, em termos de projeção de poder, de participar do órgão diretivo de uma organização de âmbito mundial” (Garcia,2000,contracapa).

Durante as conferências de criação da ONU, não obstante o apoio de Roosevelt ao pleito brasileiro, da participação brasileira no esforço de guerra por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da anuência de instalação de bases militares fundamentais à vitória aliada, a oposição de Stalin e de Churchill foi responsável pelo indeferimento da demanda brasileira (Garcia,2012) (Camely, p.2, 2013).

As pretensões brasileiras geopolíticas são barradas por alguns vizinhos latinos americanos, como a Argentina e Cuba são exemplos que o Brasil se torne membro permanente, ou seja, a vizinhança tem a imagem que o país é imperialista, imagem congelada para maioria dos países latinos.

Esta percepção não é totalmente correta, óbvia, sequer simples. ao analisarmos a história de nossa política externa, observamos que, por muito tempo, o ideário da política externa estava muito mais próximo da Europa e dos Estados Unidos, do que de seus vizinhos diretos, sendo as referências a uma “América próxima” principalmente direcionadas à região da bacia do Prata, por conta de maior contato direto e tensões específicas percebidas ao longo de sua história.

em meio a uma vizinhança predominantemente hispânica, o Brasil foi visto por muito tempo como uma nação afastada das outras: a sua língua portuguesa, a condição imperial, enquanto o seu entorno já era republicano, a manutenção do escravismo, além dos longos espaços naturais que o separavam geograficamente de outros estados (à exceção, em parte, da região da bacia do Prata), acabavam por tornar o Brasil diferente, e também fazendo a região tardar a despertar maior interesse no âmbito político brasileiro. (Barbosa, p.1, 2, “s.d.”)

Geograficamente falando das fronteiras brasileiras com seus vizinhos, grande parte delas, ocorre pelos rios, como foi o caso da Bacia do Rio da Prata e da Bacia Amazônica, isso trouxe no primeiro momento disputas territoriais com outros países para comandar as cabeceiras dos grandes rios ou sua maior parte da extensão.

A constituição de dois sistemas geográficos internos compostos pelas bacias hidrográficas do Prata e Amazonas, e as influências externas estritamente ligadas às bacias oceânicas do Atlântico e Pacífico, são concebidos como estímulos geográficos que estão dispostos na constituição do território e que, através da ação do Estado, são transformados em desígnios geopolíticos, estabelecendo um jogo de força para dentro e para fora do continente.

Esses fatores geográficos são determináveis (e não determinações geográficas) porque estão relacionados às relações de força estabelecidas por cada país que compõem cada sistema. Já Friedrich Ratzel soube observar a importância dos elementos geográficos no território, no sentido de componente essencial nas políticas territoriais. (Lima; Fraga; Oliveira; Silva, p.98, 2014)

Conforme Nogurira () existem países que tem histórico de expansionismo como analisamos o Peru é um exemplo, lutando para se manter na bacia amazônica e tentando ter uma armamentismo na região, com a colômbia gerando o conflito histórico com esse país para retomar a posse da cidade de Leticia pelo Per, sendo assim, marcando uma guerra na região entre países, o que estava em jogo e continuar na bacia amazônica e sua navegação, tendo em vista o padrão de ocupação espacial amazônico, os rios serviram até hoje para propagar os fluxos da região como foi no período colonial. .

O padrão inicial de ocupação consistiu em pequenos fortes localizados na embocadura do rio Amazonas e na confluência com seus principais tributários, prática adotada tanto por tropas holandesas quanto portuguesas. A coerção, no entanto, era insuficiente para assegurar uma ocupação a longo prazo, logo, o principal objetivo tornou-se a pacificação das tribos indígenas cuja sujeição à Coroa tinha que ser garantida. Optou-se pelo envio de ordens religiosas católicas à região, uma forma tradicional de controle social utilizada por monarcas ibéricos (NORONHA, 1637). (Machado, p.20, 1997)

Tendo em vista o padrão dendritico, que se viu de ocupação a região e ao mesmo tempo gerou a sua extensão e consolidação, para implantar longicuas cidades amazônicas. Tentou criar um sistema de fortes na Amazônia, que dariam origem futuras a cidades na região. A estratégia colonial dos portugueses na Amazônia foi a geopolítica dos fortes na região conforme demonstra a figura 2.

FIGURA 2- FORTES NA AMAZÔNIA



FONTE: 17bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id

Sendo rica, em recursos naturais, a régua amazônica passa a ser estratégia desde de sua formação até os dias atuais, para o país e mundo.

A Amazônia é uma região rica em recursos estratégicos: abriga metade das espécies terrestres do planeta, a maior bacia hidrográfica do mundo, aproximadamente 40 mil espécies de plantas, valioso estoque de minerais. No Brasil, que engloba cerca de 60% da Bacia Amazônica, o bioma se estende por 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional). Se pensada através da região administrativa conhecida como Amazônia Legal, esse número aumenta: são 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que alcança nove estados e abrange quase 60% da totalidade do território brasileiro.

Com a globalização e o aumento da competição internacional, tornou-se evidente a necessidade de novas fontes de matérias primas, como gás, petróleo, minerais e, especialmente, água. Assim, diante da perspectiva global de escassez de recursos naturais, países desenvolvidos, que possuem um histórico de apropriação e exploração desses recursos em nações em desenvolvimento, voltam sua atenção às regiões detentoras dessas riquezas. Dessa forma, a Amazônia passa a ser alvo de cobiça internacional. Para garantir a soberania sobre a região, o Estado brasileiro investiu em políticas governamentais, que visam ao monitoramento, a uma maior militarização das fronteiras amazônicas e ao crescimento social, econômico e sustentável. (Costa; Alves, p.66,67, “s.d.”)

Sendo, fundamental para o escoamento dos fluxos para região, e estruturando a mesma, os rios, muitas vezes continuam a ditar os fluxos econômicos na região, por mais que o governo federal, tentou-se criar um novo padrão regional foi esse que prevaleceu na Amazônia como parte constituinte.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (Becker, p.72, 2005).

No mundo em sua configuração já falamos que recursos naturais ocorrem de forma desigual, sendo assim, a Amazônia aparece como um lugar central no mundo e para o Brasil, portanto, podemos falar de uma geopolítica dos recursos que ocorre de

forma dessa no planeta. Conforme demonstrado a figura 3 a distribuição de recursos naturais pelo mundo.

FIGURA – 3: RECURSOS NATURAIS NO MUNDO



FONTE: geografia/recursos-naturais

Sendo assim, o a Amazônia aparece como estratégica no mundo e Brasil como uma região periférica, e passou a ser uma das mais importantes do mundo em função dos seus recursos naturais, portanto, é necessária uma nova concepção da região pelo Brasil, de periferia a tornar-se uma região central para o país.

Essa mudança alterou radicalmente a participação espacial da geografia do comércio internacional, forçando as corporações a buscar novos mercados e redistribuir os investimentos internacionais. Os governos, por sua vez, foram obrigados a definir novas políticas nacionais e novas formas de relacionamento internacional para enfrentar a forte competição, no mercado internacional, por matérias-primas estratégicas. Novos modelos de desenvolvimento e crescimento econômico foram exigidos e implementados tendo como base o paradigma da globalização. A globalização passou a acelerar a criação de uma nova ordem mundial fundamentada na capacidade tecnológica, evidenciando a importância da biotecnologia, da engenharia genética e da tecnologia da informação. Nesse ambiente, o setor industrial teve que desenvolver uma capacidade inovadora e tecnológica para permanecer competitivo no mercado internacional. (Amin, p.3, 2015)

Tendo em vista a importância dos recursos naturais para o Brasil, ele desponta como uma dos principais do mundo, ou seja, cabe uma revalorização dos recursos naturais, esse ponto surgiu como foco para uma política territorial como foi analisado por

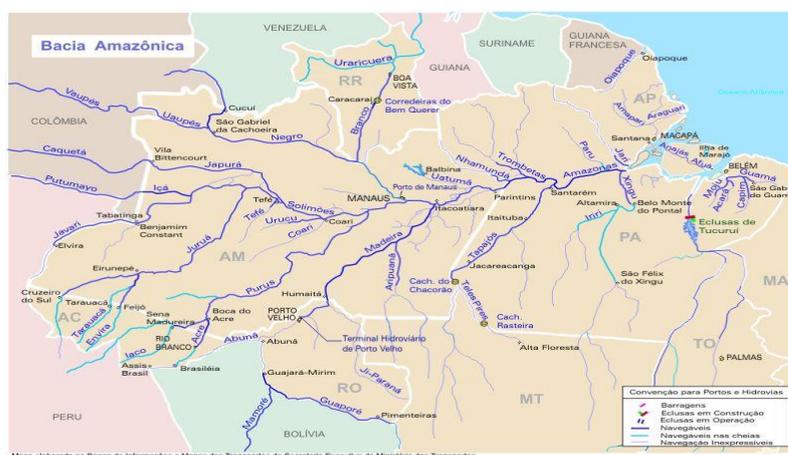
Friedrich Ratzel, tendo apontado como o solo que pode ser entendido como recurso naturais.

Pensando na perspectiva ratzeliana, o solo foi considerado um fruto importante no desenvolvimento dos estados e é o espaço vital, sendo fruto dessas preocupações, em que a constituição que Santos (1988) vai denominar de configuração geográfica e que, no entanto, não se restringirá aos aspectos naturais existentes no território, mas sim, a próteses territoriais, ou seja, a uma natureza modificada que termina misturando-se com a mesma e se tornando território.

Ao mesmo tempo, Ratzel (2011) ressalta que sem levar em consideração esses elementos existentes na composição em qualquer análise, como tentou algumas abordagens, até mesmo ditas modernas, ela será incompleta tendo em vista que esses elementos são partes constituinte para uma compreensão integral do próprio espaço. (p.190, 2020)

Tendo em vista, que grande parte dos fluxos regionais passam pelos rios o estado brasileiro deve se voltar para criar uma infraestrutura dos rios na Amazônia, como a reestruturação de portos em boa parte das cidades, ou seja, além de atender nos fluxos econômicos atende grande parte das populações que se movimentam população de barcos, abaixo na figura 4 notamos que boa parte dos grandes rios são navegáveis.

FIGURA 04: RIOS DA AMAZONIA NAVEGAVEIS



FONTE: bacia-hidrografica-da-amazonia.

Como já dissemos, um dos “problemas” da região é investimento do Estado brasileiro na exploração dos recursos, para que os fluxos fluam, e a população desfrute desses elementos, até hoje o estado brasileiro não deu importância a região, sendo ela fundamental para o mundo.

Desde então, a geopolítica amazônica será presença sempre constante na formação territorial brasileira, inclusive com a emergência de um pensamento nacional relacionado a projeção e exercício do poder na região (GONÇALVES, 2001). Esse pensamento geopolítico nacional foi estruturado sobretudo a partir de geopolíticos militares, razão pela qual enfatizamos na pesquisa os autores militares do período republicano, notadamente Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos

(Lima; Albuquerque, p. 73, 74, 2021)

Sendo necessário pensar em uma infraestrutura para região, partindo do princípio que o estado brasileiro, sempre teve ações pontuais na região,

Para Aziz Ab'Saber o uso adequado das florestas tropicais estabelecerá um novo patamar civilizatório entre os homens e a natureza (2005). Tal afirmação pode ser a introdução de inúmeros estudos e análises sobre as dinâmicas que incidem sobre essas florestas, e mais especificamente sobre a Amazônia, cujo Além do seu uso possibilitar um novo patamar no âmbito interno dos países que a compõem, o uso adequado da floresta amazônica pode representar um novo patamar em nível global, seja por questões ligadas à conservação ambiental, seja pelo viés econômico, ou pelo conhecimento tradicional que existe na região. o autor conhece tão bem (Borba, p.2, 3, "s.d.")

Tendo e, vista que os governos não se preocupam ainda com a Amazônia, não existe por nenhuma esfera um planejamento territorial estratégico para região, muito menos com seus recursos, só recentemente no final século XX que tentou criar um órgão institucional com o CBA no entanto, o órgão tem problemas jurídicos sobre seu comando, e não foi ao longo do seu percurso incentivado pesquisas de materiais naturais, ou seja, ainda é um órgão a ser concretizado na região.

METODOLOGIA

Este artigo fundamenta-se em uma nova geopolítica na Amazônia, desvendando o assunto sobre o território Amazônico, sendo uma pesquisa bibliográfica exausta do tema pela sua relevância na região, sendo a seguinte definição no site da fucamp. A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá

direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho, baseando-se em artigos científicos e dissertações sobre assunto abordado.

Deve-se pensar novos caminhos geopolíticos nesse século para a Amazônia, levando em conta, os recursos naturais existentes no território.

A revolução na microeletrônica e na comunicação gerou um novo modo de produzir, baseado no conhecimento e na informação, configurando uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica. A Amazônia passou a ser vista como área a ser preservada, na medida em que o novo modo de produzir a valoriza como capital de realização atual ou futura.

Simultaneamente, a lógica cultural dos movimentos sociais e ambientalistas, embora por outros interesses de sobrevivência, converge para a lógica de preservação, gerando esdrúxulas alianças com organizações não governamentais (ONG) e agências internacionais. Para os diferentes níveis de produtores, contudo, a natureza é a base para obter riqueza e melhores condições de vida, assim como para a sociedade brasileira, em geral. (Becker, p.398, 399, “s.d.”).

Ou seja, ainda a geopolítica que rege a Amazônia, está assentada nos militares nos anos de 1960 e 1970, sendo necessário novas formas de se pensar o território conforme o ViIsentini (2013) conforme o pensamento de num sentido do que ele contém, como é o caso dos recursos naturais existentes, já foi dado um passo nesse sentido ao criando Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), neste sentido busca-se a se pensar novo modelo de desenvolvimento para região.

Ao longo do século XX, as políticas territoriais do país passaram a ser identificadas como instância de uma geopolítica baseada em estratégias, doutrinas e projetos relacionados às relações de poder que constituem o Estado, sobretudo a partir da década de 1930, depois da ascensão nazista. Assim sendo, vários estudiosos teceram comentários acerca do tema: Yves Lacoste (1993) afirmou que a “geopolítica era hitlerista”; o intelectual Nelson Werneck Sodré (1976) pautou-se na mesma linha de avaliação: “a geopolítica é a geografia do fascismo”, assegurando que a geopolítica não passaria de uma construção ideológica e política. O geógrafo Ruy Moreira (1981) concluiu que “a geopolítica [...] não é uma ideologia alemã, mas a geografia oficial sem seu costumeiro disfarce”. Claude Raffestin (1993, p. 16) definiu a geopolítica como “uma geografia do Estado totalitário”. Por fim, o geógrafo José William Vesentini (1986) destacava “a geopolítica como discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico voltado para a segurança nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território”. De certo modo, as críticas de Lacoste, Sodré, Raffestin, Vesentini e Ruy Moreira remontam aos estudos de uma chamada geopolítica clássica (SILVA; BAMPI, p. 1479, 2020)

Portanto, é necessária uma mudança de pensamento civil e militar na Amazônia, sendo esse sendo esse segundo grupo com os civis pensam o território amazônico, coma era denominada geografia militar antes da institucionalização no país da geopolítica, já pensavam o território.

FIGURA 5: PELOTOES DE FRONTEIRA



FONTE: pelotoes-de-fronteira-serao-celulas-de-vigilancia-militar-sem-vilas-residenciais

Tendo em vista, que os pelotões de fronteira são velhas geopolíticas ainda em prática dos anos de 1960 e 1970, são permanentes na fronteira amazônica, sendo a mentalidade do exército de “proteger” Amazônia contra um possível inimigo externo do país.

Sendo assim, o governo federal continua insistindo em velhas ideologias como a ideia de povoamento que faz parte do exército brasileiro.

A tese de Otávio Guilherme Velho (1979) está centrada no processo de ocupação das terras ao longo da rodovia transamazônica, durante o Programa de Integração Nacional. Velho comparou o processo de expansão sobre a fronteira no Brasil e o nos Estados Unidos, dialogando com teóricos que se debruçaram sobre a temática.

O problema, segundo o autor, é que tanto Moore Jr. como Turner tentam relacionar expansão da fronteira e democracia. Ao tratar de forma comparada da expansão da fronteira amazônica, nosso autor se vê num dilema. Como pensá-la, então, inserida em um processo de expansão controlado por um Estado autoritário? Seus resultados implicam contrapor-se às teses de Turner. Ele entendeu a fronteira fechada como mecanismo de controle da classe trabalhadora

e construiu uma nova adjetivação para a fronteira amazônica no período: “fronteira aberta, porém controlada”. Ele alertou para o fato de que, mesmo numa fronteira controlada, poderia acontecer o enfraquecimento da subordinação do camponês, o que geraria uma proximidade entre esses camponeses e os farmers americanos. Ressaltou, porém, que uma simples aproximação ou comparação não bastaria para identificar igualdades (Rabello, p.214, 215, 2013)

Ou seja, a Amazônia e suas fronteiras, devem ser repensadas no contexto nacional e internacional, partindo do princípio, além da ideologia nacionalista, esta que concebia a mesma como obstáculo, com os países vizinhos, sendo que na época da globalização o que se tem em meta é aproximação com países vizinhos um marco nesse sentido, foi a criação do Mercosul, sentido também na Amazônia brasileira.

Com o processo de globalização e de aprofundamento das relações interestatais durante o Século XX surge, no sistema internacional, a necessidade de evoluir alguns temas, outrora pouco evidenciados. Deste modo, a questão ambiental passou a ser considerada de grande importância pela comunidade internacional. Indicando, assim, que a problemática da proteção ambiental vai além da jurisdição de um único Estado.

Consequentemente, a concepção de que disfrutar de um meio ambiente sadio é um direito inato ao ser humano é recente nas discussões internacionais, surgidas no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse conceito data da década de 1970 (ONU, 1972), quando surge a necessidade de os Atores Internacionais discutirem a importância de desenvolverem cada vez mais a industrialização para fomentar a economia, sem esgotarem ainda mais seus recursos naturais. Compreendendo, então, que os recursos fornecidos pelo planeta não são infinitos.

(Vailant, p.2, 2021)

Ou seja, sendo necessário pensar a região em uma nova escala de análise seus fenômenos, uma Amazônia internacional com os demais países que fazem parte dela, neste sentido teve a iniciativa em se criar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978 pelos oito países integrantes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

FIGURA 6: BLOCOS SUL AMERICANOS



FONTE: mapa+dos+países+que+formam+o++TCA

Na figura 6, olhamos o mapa acima demonstra que o país está inserido em novos blocos econômicos, não somente no TCA que não só restringe a ser um bloco econômico vai além disso com outros países parceiros

Tendo em vista, novas parcerias econômicas e geopolíticas na Amazônia, se abre um leque novo de possibilidades no mundo, não podemos esquecer, da importância da Amazônia no contexto internacional no mundo, como sua posição geográfica mais próxima do pacífico vendo a ascensão da China como nova protagonista mundial.

A Amazônia Sul-Americana, sensível e cobiçada por seus estoques de recursos estratégicos, vive momentos de incerteza. A matriz econômica regional baseia-se na exploração de recursos naturais destinados ao mercado externo. Um fato recente na região é a implantação de infraestrutura física baseada no modal rodoviário a partir dos interesses imediatistas primário-exportadores dos Estados nacionais sul-americanos que, por sua vez, sofrem influência política de importantes conglomerados empresariais regionais, os quais, cada vez mais, têm a sua produção atraída e voltada ao mercado asiático, sobretudo à China. Um olhar crítico sobre essa questão que envolve todos os países do subcontinente demonstra que a percepção chinesa nestes dois setores –a matriz primária e a ampliação da infraestrutura– é comandada também por interesses nacionais deste país. (Cunha; Campello, p. 242,2004)

Tendo em vista com a ascensão da China como protagonista mundial. Abre-se um novo leque mundial para Amazônia, em função da sua localização, por esta próxima ao mercado mundial do pacífico, dada a sua localização, privilegiada das demais regiões do país.

A constituição de dois sistemas geográficos internos compostos pelas bacias hidrográficas do Prata e Amazonas, e as influências externas estritamente ligadas as bacias oceânicas do Atlântico e Pacífico, são concebidos como estímulos geográficos que estão dispostos na constituição do território e que, através da ação do Estado, são transformados em desígnios geopolíticos, estabelecendo um jogo de força para dentro e para fora do continente.

Esses fatores geográficos são determináveis (e não determinações geográficas) porque estão relacionados às relações de força estabelecidas por cada país que compõem cada sistema. Já Friedrich Ratzel soube observar a importância dos elementos geográficos no território, no sentido de componente essencial nas políticas territoriais.

Travassos conclui sua análise em favor do Prata, devido à confluência ali estabelecida da disputa hegemônica entre Brasil e Argentina, bem como da região do Triângulo Boliviano. Mas o presente artigo irá tratar da abordagem travassiana acerca do sistema geográfico amazônico, fundamental para a

ampliação de poder geopolítico no Brasil na parte setentrional do subcontinente.

(Lima; Fraga; Oliveira; Silva, p.18, 2014)

Ao analisarmos a região, devemos ter em mente as configurações geográficas existentes que ela inseriu a região em várias escalas de análise econômica, que vão além do tratado amazônico, que projeta Amazônia a nível internacional dos fluxos abrindo o espaço a novas geopolíticas.

A integração física tem sido potencializada na agenda sul-americana, desde 2000, com a constituição da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o maior projeto de integração da América do Sul. Na Amazônia, a geopolítica vem sendo alterada pelo número de obras de infraestrutura, pelo contínuo processo de ocupação (BECKER, 2005), e pela inserção de novos atores internacionais na região, gerando novos movimentos de resistência (BORGES, 2011). Objetiva-se, neste trabalho, analisar se essa integração surtiu os efeitos desejados, contribuindo para o desenvolvimento das populações ao seu entorno ou trazendo mais conflitos sociais e ambientais.

As obras de infraestrutura na região, principalmente as vinculadas à IIRSA ampliaram/geraram conflitos ambientais e sociais na Amazônia nos últimos 20 anos. Isso porque, ao inserirem novos atores na geopolítica da região com poderes de alterar a geografia, como as empreiteiras licitadas pela Iniciativa de Integração Regional, conflitos são produzidos, perpassando fronteiras, afetando comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e produtoras

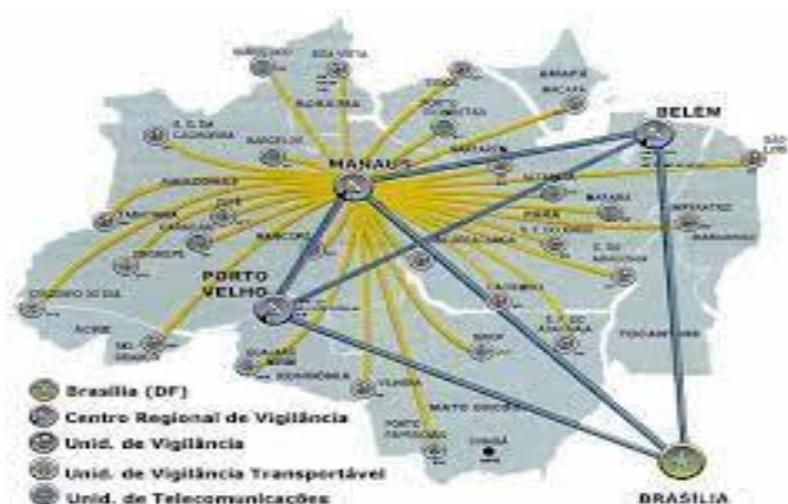
(Almeida, p.1, 2, s.d).

Sendo assim, analisando pro outras escala do global, ao regional como Haesbaert (2010) como o mundo se escruta no momento atual, o que tende novo esse momento que passamos, as escalas geográficas foram ao longo do tempo modificada com fluxos econômicos, ou seja, a estabilidade regional foi colocada em xeque.

A questão da articulação de unidades espaciais em totalidades internamente coerentes foi respondida de diferentes maneiras no decorrer da história do pensamento geográfico (hierarquias de regiões, “o problema da escala”, geossistemas, etc.). Em meados do século XX, sob inspirações neopositivistas, tal questão foi apresentada como um assunto metodológico que, caso não fosse levado à sério, tinha o potencial de macular as regularidades com sobreposições de dados e com as chamadas falácias ecológicas, o que resultaria na invalidação das extrapolações almejadas pelos ímpetus nomotéticos.² Tal risco, que ficou conhecido desde então como o “problema da escala”, ancorava-se sobretudo nos equívocos que o mal uso dos dados poderia acarretar para as análises e intervenções espaciais — particularmente explícito no âmbito das atividades de planejamento e gestão territorial. As influências críticas e humanistas na geografia, especialmente marcantes a partir da década de 1970, possibilitaram que o problema da escala passasse a ser considerado também como epistemológico e, conseqüentemente, como essencialmente político. Ao buscar ampliar as perspectivas de debate sobre a questão escalar no pensamento geográfico, autores como Peter Taylor, John Hart e Neil Smith influenciaram de maneira decisiva o ambiente anglófono a partir de meados da década de 1980, cumprindo papel importante na “explosão” de trabalhos a esse respeito na década de 1990. Na virada do século, o tema das escalas geográficas seguiu reverberando naquele ambiente acadêmico e passaram a incluir reflexões alimentadas pelas perspectivas feministas, decoloniais, pos-estruturalistas e não-representacionais, dentre outras (GrandI, p.2, 3, 2019)

Portanto, a Amazônia está inserida em vários fluxos econômicos no mundo, portanto, é necessário se ter uma “nova” leitura do território amazônico, portanto, isso implica em novas estratégias do Estado, como foi feito no projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), demonstrando estratégia no espectro das comunicações, esse projeto coloca a região no novo recorte espacial no mundo globalizado.

FIGURA 06 – SIVAM A ÁREA DE ATUAÇÃO



FONTE: conhecimentogeohistoria.blogspot.com

Ao mesmo tempo, em que o Estado brasileiro sustenta velhas geopolíticas na região, estimula novas lógicas territórios na região tendo uma visão contraditória da região que estimula novas lógicas territorial como foi o caso da instalação do projeto SIVAM ligando ponto dos territórios com a capital do país.

A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia, resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas. Entre estas assinalamos as dinâmicas do mercado mundial de diferenciação interna de produtividade e valor que alteraram os processos de produção, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade. Seu entendimento requer que se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, dimensão fundamental para se identificar as conexões lógicas que explicam os fluxos transnacionais e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais.

Por outro lado, o Estado retomou, através de suas políticas, processos de intervenção via planejamento do desenvolvimento, voltados a agenciamento de grandes grupos do país e do exterior. Nas últimas décadas as políticas nacionais para a Amazônia impulsionaram programas neodesenvolvimentistas com fortes investimentos de infraestrutura. Sinalizavam o aparecimento de um novo momento de expansão mais rápida do capital comprometido com a produção intensiva de commodities agrícolas e minerais, entre outras de uso intenso de recursos naturais e com baixíssimo, ou nenhum, investimento para integração vertical de valor agregado. (Castro, org, p. 19, 2017)

Sendo necessário pensar, o significado do desenvolvimento na Amazônia no Século XXI é ainda proeminente, pensar sobre seu território e seus habitantes história, que nunca aconteceu no país, e se repetiu nessa porção do território brasileiro.

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que fala Almeida (1989). Ainda, há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiérios, sertanejos e varjeiros (Diegues e ArrEsse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas] (veja Vianna 1996 e Barretto Fº. 2001b para discussões detalhadas). Qualquer dessas combinações é

problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação. Mas, em vez de discutir agora a validade ou não dessas categorias, vou pedir licença temporária para utilizar o conceito de “povos tradicionais”, para retomar essa discussão no final do trabalho quando teremos mais subsídios tanto teóricos quanto etnográficos para esclarecer o que está em jogo. (uda 2001). (Little, p.2, 2002)

O primeiro passo, que devemos atentar que o mundo está no século XXI, portanto, não podemos pensar nas lógicas territoriais do século XX, ou no caso da velha lógicas geopolíticas do século XIX, sendo necessário repensar um novo repertório em novos projetos de ação.

Os segundo e terceiro quartéis do século XX foram marcados pelo forte poder dos Estados Nacionais na indução da economia. Para tanto, desenvolveram o planejamento centralizado, que, em nível espacial, teve como escala ótima de ação a macrorregião. A meta de unificação do mercado doméstico e a necessária negociação com as elites regionais explicam a primazia da macrorregião como fundamento da organização dos sistemas espaciais nacionais

O Brasil não fugiu à regra. Pelo contrário, foi um caso exemplar da intervenção do Estado na economia e no território, com base no planejamento macrorregional. E a Amazônia foi uma região prioritária para a integração nacional nos anos 1965-1985, como é do conhecimento de todos (Becker, p.18, 2010) .

Na figura abaixo, vemos que a geopolítica dos anos de 1960 e 1970, predominam em grande parte nos projetos de desenvolvimento para região, tendo como meto os governos federais e estaduais, que não conseguiram sair da velha lógica de desenvolvimento.

FIGURA 7: VELHAS GEOPOLITICAS PELO TERRITÓRIO



FONTE: journals.openedition.org/confins/

O recente desenvolvimento da Amazônia brasileira envolve dois períodos distintos, podendo ser o ano de 1990 considerado um verdadeiro divisor de águas. O período entre meados da década de 1960 e início da de 90 não foi somente marcado pelo fim da ditadura militar (1964-85) e, conseqüentemente, pela retomada da democracia, mas principalmente pela exaustão do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares. Já o período seguinte, a partir dos anos 1990, tem como acentuada característica a adoção de políticas neoliberais e, fundamentalmente, a mudança de atitudes em relação às práticas desenvolvimentistas adotadas até então.

Durante o regime militar, a Amazônia testemunhou uma profunda transformação na medida em que esta região, com seu imenso estoque de recursos naturais e seus vastos “espaços vazios”, foi considerada pelos governos militares um meio para se resolver rapidamente problemas de toda a ordem, ou seja, econômicos, sociais e geopolíticos. Neste contexto, políticas de desenvolvimento foram formuladas e implementadas com o objetivo precípua de maximizar as imediatas vantagens econômicas. Estas estratégias de desenvolvimento geraram impactos sociais e ambientais adversos nas áreas rurais e urbanas da Amazônia (Serra; Fernández, p. 108, 2014)

Portanto, sendo necessário, novos pensamentos e lógicas territoriais pensar a Amazona no século XXI, e deixar de lado o velho pensamento geopolítico calcado no crescimento da região, sobretudo nos anos de 1960 e 1970 com o logica positivista em pensar Amazônia.

As perspectivas dessa proposta são a de analisar dimensões que se cruzam para mostrar se a sociedade militar articula-se (em sua lógica e dinâmica própria) para apropriar e submeter a natureza. Essa discussão que sustentamos se define como objeto de trabalhos interdisciplinares, inicialmente, mas, ousamos transpor o pensamento militar em termos transdisciplinares, considerando que as ciências sociais trafegam na

complexidade e que o comportamento da instituição é um reflexo dessa condição.

Dessa forma, para apreender a expressão do pensamento militar, o plano de trabalho da tese buscou o cruzamento de três dimensões, nas leituras da (1) geografia, ciência política e história para a composição da dimensão política; (2) educação ambiental, ciência política e história para a composição da dimensão ambiental; (3) sociologia, antropologia e administração para a composição da dimensão sócio-cultural.

(Andrade Júnior, p.13, s.d)

Sendo necessário, com urgência superar o pensamento militar na Amazônia, que é calcado, na doutrina de segurança nacional, centrado nos ideais positivista que condena região com um pensamento desconexo no século XXI, que não tange a realidade local, sendo a geopolítica calcada nesse pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia deve ser repensada sua análise do espaço geográfico, para compreender suas novas geopolíticas organizando o seu território em novo século, se estabelecendo novas lógicas territoriais para a região

A Amazônia propagada ainda cristalizada é baseada nas políticas territoriais desenvolvimentista baseada no lema militar, no século XXI tem-se uma nova lógica territorial para o país e a região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. 80 ANOS DA OBRA PROJEÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL, DE MÁRIO TRAVASSOS, **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 29 ,2015.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin, **Revista de Geopolítica**, v. 5, n° 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

ALMEIDA, Vanessa da Silva. Integração Infraestrutural e Conflitos: os 20 anos da IIRSA na Amazônia,

https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1632360686_ARQUIVO_4ae0966c0ce48ae86e63b0bc003672c3.pdf

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI, **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 107 |2015.

ANDRADE JÚNIOR, Hermes de. LIMITES E DESAFIOS AOS MILITARES BRASILEIROS EM RELAÇÃO À QUESTÃO AMBIENTAL, <https://thesis.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/pdf/andradejrhd.pdf>

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; BRAY, Silvio Carlos. GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA NA FORMAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA: EVERARDO ADOLPHO BACKHEUSER, <http://www1.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/geografia.pdf>

BARBOSA, Gabriela Gonçalves. A AMÉRICA DO SUL NA PERCEÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS, http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/historia%20das%20relacoes%20internacionais/HRIS%206_Gabriela%20Gon+%BAalves%20Barbosa%20A%20AM+%EBRICA%20DO%20SUL%20NA%20PERCEP+%E7+%E2O%20DA%20POL+%ECTICA%20EXTERNA%20DO%20BRASIL%20APR.pdf

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas, **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010

BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas,

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14395/2/A%20Amaz%C3%B4nia%20como%20um%20territ%C3%B3rio%20estrat%C3%A9gico_15_P_BD.pdf

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia, **ESTUDOS AVANÇADOS** 19 (53), 2005

BORBA, Maria Rita Manzano. Dinâmicas e desenvolvimento na Amazônia Brasileira, <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Procesosambientales/Impactoambiental/42.pdf>

CAMELY, Zaiad. A Pretensão Brasileira a um Assento Permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, **Artigo**, Brasília 2013.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Territórios em transformação na Amazônia** - saberes, rupturas e resistências, Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e Geoestratégia, **Nação e Defesa**, 2012.

FONTOUR, Ana Elisa Sparano. GEOGRAFIA POLÍTICA: IDENTIFICANDO DIFERENÇAS E REVISITANDO CONCEITOS, **BOLETIM GAÚCHO**, PORTO ALEGRE Nº 27 P.7-77 DEZ. 2001.

GRANDI, Matheus da Silveira. O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE AS ESCALAS GEOGRÁFICAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: REFLEXÕES PRELIMINARES, **XIII ENANPEGE, A GEOGRFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA MUNDO, PPRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO** DE 2 A 7 DE SETEMBRO, DE 2019, SÃO PAULO.

COSTA, Julia Fernanda Vargas da; ALVES, Nina Sanmartin Moreira. Os Recursos Estratégicos Da Amazônia Brasileira e a Cobiça Internacional, **REVISTA PERSPECTIVA**, <https://core.ac.uk/download/pdf/303980038.pdf>

CUNHA, Guilherme Lopes da; CAMPELLO, Marcelo de Moura Carneiro. A inclusão da China na Amazônia: análise e considerações geoestratégicas, **Trans-pasando Fronteras**, Núm.6, 2014. Cali-Colombia.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**, Bertrand Brasil, 2010

LIMA, Wendell Teles de; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. TECNOCRACIA E GEOPOLÍTICA: PROJETANDO O TERRITÓRIO DO NOROESTE AMAZÔNICO, **Revista Geopolítica Transfronteiraça**, v. 1, n. 3, nº 26, 2021

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA; Ana Maria Libório de; SILVA, Iatiçara Oliveira da; SOUZA, Sebastião Perez de. RATZEL E A GEOPOLÍTICA DAS POTENCIALIDADES, **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 2, pág. 185-195, jan-jun 2020.

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA; Ana Maria Libório; SILVA, Iatiçara Oliveira; BRAUN, Deloni de Meira Freitas. A GEOPOLÍTICA DE EVERARDO

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA, Ana Maria Libório; SILVA, Iatiçara Oliveira; BRAUN, Deloni de Meira Freitas. BACKHEUSER PARA O BRASIL ENTRE PROCESSOS E RETROCESSOS, **Revista Geopolítica Transfronteiraça**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 51-62, jul. 2017

LIMA, Wendell Teles; FRAGA, Nilson César; OLIVEIRA, Ana Maria Libório; SILVA, Iatiçara Oliveira. Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia, **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, p. 97-108, jul./dez. 2014.

LITTLE, Paul E.. TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: POR UMA ANTROPOLOGIA DA TERRITORIALIDADE, Brasília 2002

LUEDY, Tiago; MONTEIRO, Itanaã; VIEIRA, Marisol; VITORIANO, Natalie; ANDRADE, Blenda; RODRIGUES, Victor. Propostas de Aperfeiçoamento da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa a partir da Amazônia, https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/propostasa_dea_aperfei_oamentoa_daa_polticaa_ea_daa_estrategiaa_nacionalisa_dea_defesaa_a-partira_daa_amazonia.pdf

MACHADO, Lia Osório. O CONTROLE INTERMITENTE DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO, **Revista TERRITÓRIO**, 1(2), 1997.

MATTOS, Leonardo Faria de, ANTÁRTICA E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO, <https://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/estudos-estrategicos/AnrticaeoPensamentoGeopolticoBrasileiro.pdf>

MAXWEL. A Geopolítica, https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8064/8064_3.PDF

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Poder no Brasil, Campinas: Papirus, 1995.

MIYAMOTO, Shiguenol. Geopolítica do Brasil: algumas considerações, https://www.academia.edu/1756942/Geopol%C3%ADtica_do_Brasil_algumas_considera%C3%A7%C3%B5es

NOGUEIRA, José Manuel Freire. América do Sul: Uma Visão Geopolítica, Lisboa Dezembro de 2015 Instituto da Defesa Nacional, <https://core.ac.uk/download/pdf/62708623.pdf>.

PEDONE, Luiz; RONCON, Giordano Bruno Antoniaz. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA NA AMÉRICA DO SUL, **R. Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 3, p. 657-688. set./dez. 2017

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil, **estudos avançados** 27 (78), 2013.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. GEOPOLITICA E ANTIGEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA NO NEOLIBERALISMO, **Ciência Geográfica** - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (3): Janeiro/Dezembro - 2020

SILVA, Iatiçara Oliveira. Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia, **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, p. 97-108, jul./dez. 2014.

VAILANT, Izabel Lourença. A Amazônia Legal e o Acordo de Associação Mercosul-União, **TCC** em formato de artigo científico, 2021, UNIFESP.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5ª edição. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013.

SITES:

<http://conhecimentogeohistoria.blogspot.com/2011/05/o-que-e-o-sivam.html>

https://www.google.com/search?q=mapa+dos+países+que+formam+o++TCA&tbm=isch&ved=2ahUKEwiC6u63hvv5AhV4IrkGHbSjCNcQ2-cCegQIABAA&oq=mapa+dos+países+que+formam+o++TCA&gs_lcp=CgNpbWcQA1C1C1jhO2CIRmgBcAB4AYABqQ-IAb0xkgELMC4yLjYtMS4xLjKYAQCgAQQgAQtnD3Mtd2l6LWltZ7gBA8ABAQ&client=img&ei=No4UY4L3EPjE5OUPtMeiuA0&bih=689&biw=1280#imgrc=NqQnOoHahAoVTM

<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-volta-ao-top-10-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo/>

<http://www.klimanaturali.org/2018/03/bacia-hidrografica-da-amazonia.html>

https://www.17bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=987&catid=59&Itemid=325